

A Associação Médica Brasileira (AMB) tem acompanhado todos os debates sobre Reforma Tributária em Brasília. Até agora, o que vimos no Congresso Nacional, causa-nos preocupação e certa decepção.

Avançam com celeridade basicamente proposições que implicarão em aumento de impostos, com mais ônus aos cidadãos. Enfim, os prejuízos sociais serão altíssimos.

Recentemente, o Governo Federal reafirmou a intenção de criar alíquotas diferenciadas para o setor de Serviços, no qual estão inseridas a cadeia de saúde e os médicos. O projeto do Executivo unifica o PIS e a Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), penalizando sobremaneira o setor de Serviços.

A CBS certamente castigará os pacientes que precisam de atendimento médico, em virtude do aumento do recolhimento tributário. Na forma atual, chegaremos a uma alíquota de 12% - a maior do que a mais alta taxa que os Serviços pagam hoje.

Elevação de impostos para a Saúde significa, com certeza, fechamento de consultórios, encarecimento de insumos e de planos de saúde e desassistência.

Com planos mais caros, o Sistema Único de Saúde (SUS), historicamente subfinanciado, terá problemas agravados, podendo sofrer colapso maior do que o de agora.

A AMB defende o Simplifica Já, proposta sem pirotécnicas tributárias ou necessidade de criação de novos modelos e impostos. O Brasil precisa sim de uma Reforma Tributária, mas a saúde e os médicos não podem e não vão pagar a conta.

Faz mais de década os brasileiros e suas instituições maiores clamam por uma revisão racional do ordenamento tributário. A Reforma que almejamos deve ser instrumento de justiça econômica, tem de pôr fim aos impostos em cascata, promover o reequilíbrio na distribuição de cobrança, com vistas a garantir a inclusão social, a favorecer mais investimentos na produção e criação de empregos.

A Reforma Tributária precisa apontar ao progresso do País, não aos interesses de uns e outros.

**Fonte:** AMB, em 06.07.2021